



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2017**  
**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/2017**  
**SEI Nº 0020246-24.2017**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A**  
**UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL**  
**REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS E A**  
**EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, com sede a 202 Norte, Conjunto 01, Avenida Teotônio Segurado, Lote 01 e 02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **José Machado Dos Santos**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.565.192 SSP/DF e do CPF/MF 412.307.011-68, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.522.273 - SSP/GO, CPF nº 282.526.081-91, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA celebram o presente instrumento, com observação ao constante no Processo Eletrônico nº 0020246-24.2017, com fundamento na Lei 8.666/1993 e Pregão Eletrônico nº 55/2017, Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, e demais disposições regulamentares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de cópia de segurança para ambiente virtualizado, compreendendo o licenciamento perpétuo de software, bem como direito de atualização de versão e suporte técnico, conforme especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 55/2017, e na proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Os softwares que integram esta contratação são os elencados abaixo:

ITEM	SOFTWARE	QUANTIDADE
1	Software de backup VEEAM ENTERPRISE com serviço de	

	suporte e manutenção (24/7) para o Software de Backup pelo período de 05 anos	
2	Agente para Microsoft Windows com Atualizações e Suporte (Suporte 24/7) para 05 anos	
3	Agente para Linux com Atualizações e Suporte (Suporte 24/7) para 05 anos	

## **CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A execução do objeto do presente contrato será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA — DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.1. A descrição da solução e suas especificações técnicas estão dispostas no item 5 do Termo de Referência (Anexo I do Pregão Eletrônico nº 55/2017).

## **CLÁUSULA QUARTA — DOS PRAZOS E CONDIÇÕES**

4.1. O software bem como o direito de atualização de versão de suporte técnico remoto para a solução VEEAM Enterprise e Agentes para Windows e Agentes para Linux deverá ser fornecido no prazo de 10 dias corridos (por meio de link para download das versões atualizáveis de cada produto), contados da data da assinatura deste contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA — DO ACEITE, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO**

5.1. Condições de aceite

- ✓ A verificação técnica e o aceite definitivo dos produtos e serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega de todos os produtos;
- ✓ O aceite definitivo dos produtos será efetuado por técnicos designados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - CSI, que elaborarão relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas e do início da contagem do prazo da garantia.

5.2. Condições de alteração

1. O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

5.3. Condições de cancelamento

2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

- ✓ atraso injustificado na execução dos serviços, bem como sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- ✓ o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

5.4. Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do contrato não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

5.5. Ao Contratante é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA SEXTA — DO PREÇO**

6.1. Pela prestação dos serviços, o Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$ 00,00** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme discriminado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>TOTAL</b>				

6.2. O preço a que se refere o item anterior desta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste Contrato, tais como: transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do atestado da Nota Fiscal pela gestão do contrato.

7.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

7.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

7.4. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à

Dívida da União fornecida pelo Receita Federal), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

7.5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho, sendo que eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, terá que haver justificativa formal e apresentada documentação habilitatória correspondente.

7.6. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados no item 7.4 desta cláusula, se confirmada sua validade em consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso no pagamento.

### **CLÁUSULA OITAVA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativas da Justiça Eleitoral, e alocados no Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.93 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Aquisição de Software.

### **CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Por este instrumento a Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste termo, no edital da Licitação e na proposta;
- b) Entregar os produtos no prazo máximo estipulado neste termo;
- c) Se constatada qualquer irregularidade nos produtos, substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- d) Estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea anterior, não interromperá a multa por atraso prevista no instrumento contratual;
- e) Em caso de substituição de produto, arcar com todas as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;
- f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-TO;
- g) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- h) Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- j) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

- k) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se a:

- a) promover o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- b) recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- c) receber os bens e serviços na forma descrita no Termo de Referência;
- d) prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas neste termo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. A comissão especialmente designada pela Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

11.2. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRATADA, serão intermediadas pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

11.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

11.4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS PENALIDADES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

12.3. Vencido o prazo ajustado sem o cumprimento da obrigação, total ou parcial, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data-limite para fazê-lo. A entrega até a data-limite de que trata este item não isenta a Contratada da multa prevista nesta Cláusula.

12.4. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas no instrumento contratual.

12.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.6. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

12.7. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA RESCISÃO**

13.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir unilateralmente este Contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas nos arts. 77, 78, incisos I a XII e XVII, e 79, inciso I, da Lei 8.666/1993.

13.2. Este instrumento poderá ser rescindido, amigável ou judicialmente, consoante disposto no art. 79, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

14.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo de até quinze dias da assinatura do contrato, garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor correspondente a 5% do valor do contrato, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

14.2. A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término do período de vigência contratual, sendo liberada ante a comprovação de que os serviços foram executados em conformidade com o pactuado.

14.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusulas específicas com a previsão de cobertura para despesas com obrigações contratuais e multas.

14.4. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

14.5. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade fiança bancária, deverá constar expressamente renúncia, pelo fiador, dos benefícios do Artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

14.6. Aditado o contrato ou alterado o seu valor, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula. Nesses casos, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VIGÊNCIA**

15.1. O presente contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICAÇÃO**

16.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas, \_\_\_\_ de novembro de 2017.

**JOSÉ MACHADO DOS SANTOS**  
Diretor-Geral / TRE-TO

**TEODOMIRO FERNANDES AMORIM**  
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Representante da contratada